

STJ00118050

ALCEU CORRÊA JUNIOR

**CONFISCO PENAL
ALTERNATIVA À PRISÃO E APLICAÇÃO
AOS DELITOS ECONÔMICOS**



IBCCRIM

SÃO PAULO

2006

© Desta edição - IBCCRIM

Produção Gráfica: Método Editoração e Editora Ltda.

Fone: (11) 3289-1366 – Fax: (11) 3262-4729

Capa: Lili Lungarezi – liliblungarezi@uol.com.br

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

Corrêa Junior, Alceu, 1970-

Confisco penal : alternativa à prisão e aplicação aos delitos
econômicos / Alceu Corrêa Junior. – São Paulo : IBCCRIM, 2006
(Monografias ; 37)

Bibliografia

1. Direito penal econômico - Brasil. 2. Prisão (Direito penal). 3.
Penas alternativas - Brasil. 4. Confisco. I. Instituto Brasileiro de Ciências
Criminais. II. Título. III. Série.

06-1405.

CDU 346:343.2(81)

ISBN 85-99216-05-8

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS (IBCCRIM)

Rua 11 de agosto, 52, 2.º andar

CEP 01018-010 – São Paulo, SP, Brasil

Tel.: (xx 55 11) 3105-4607 (tronco-chave)

<http://www.ibccrim.org.br> — e-mail: monografia@ibccrim.org.br

Tiragem: 4.500

TODOS OS DIREITOS DESTA EDIÇÃO RESERVADOS

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

2006

SUMÁRIO



ABSTRACT	17
1. INTRODUÇÃO	19
1.1 Sociedade de riscos: necessidade de adequação do sistema de penas e confisco do patrimônio criminal	19
1.2 Crise da prisão e pena de confisco como alternativa penal	26
2. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DO CONFISCO PENAL	35
2.1 Distinção entre a pena de confisco e o confisco especial como efeito da condenação criminal	38
2.2 Perdimento de bens por enriquecimento ilícito na função pública	42
2.3 O confisco em outros ramos do Direito	50
3. NOTÍCIA HISTÓRICA	55
3.1 Antigüidade	55
3.2 Idade Média	60
3.3 Idade Moderna e Idade Contemporânea	63
3.4 Direito penal brasileiro	66
4. POSIÇÃO DA DOUTRINA EM RELAÇÃO À PENA DE CONFISCO	73
4.1 Os críticos e suas razões	73
4.2 Os defensores e suas razões	78

5. A PENA DE CONFISCO NO DIREITO ESTRANGEIRO E INTERNACIONAL	85
5.1 Europa	87
5.1.1 França	87
5.1.2 Alemanha	91
5.1.3 Holanda	92
5.1.4 Espanha	93
5.1.5 Suíça	95
5.1.6 Itália	95
5.1.7 Portugal	96
5.1.8 Inglaterra	97
5.1.9 Outros países europeus	99
5.2 Estados Unidos da América	100
5.3 América Latina	106
5.4 África e países árabes	108
5.5 Convenção de Estrasburgo sobre lavagem de dinheiro e confiscação dos produtos do delito	109
5.6 O confisco nas Regras de Tóquio sobre medidas não privativas de liberdade	113
5.7 Aplicação do confisco pelo Tribunal Penal Internacional...	114
6. A PENA DE CONFISCO DIANTE DOS FUNDAMENTOS E LIMITES DA SANÇÃO PENAL	117
6.1 A finalidade da sanção penal: teorias absoluta, relativa e unificadora	117
6.2 Princípios constitucionais que condicionam a aplicação da pena: culpabilidade, proporcionalidade e individualização	126
6.3 Pena de confisco: fundamentos (finalidades) e limites constitucionais	132
7. A PENA DE CONFISCO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA EM VIGOR: PERDA DE BENS E VALORES (ART. 43, II, do CP)	137
7.1 Conceito	137
7.2 Natureza jurídica	139

7.3	Constitucionalidade	142
7.3.1	Princípio da personalidade da pena.....	147
7.4	Aspectos dogmáticos (Lei 9.714/1998): limite, execução e conversão	154
8.	HIPÓTESES DE APLICAÇÃO DA PENA DE PERDA DE BENS E VALORES	159
8.1	Aplicação aos delitos econômicos em geral	161
8.1.1	Lavagem de dinheiro (Lei 9.613/1998)	168
8.1.2	Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei 7.492/1986)	170
8.1.3	Crimes contra a propriedade industrial (Lei 9.279/1996)	171
8.1.4	Crimes contra o consumidor (Lei 8.078/1990)	172
8.1.5	Crimes contra a economia popular e as relações de consumo (Lei 1.521/1951 e Lei 8.137/1990)	172
8.1.6	Crimes falimentares (Lei 11.101/2005)	173
8.2	Aplicação aos delitos de tráfico de entorpecentes (Lei 6.368/1976)	174
8.3	Aplicação aos crimes patrimoniais	183
8.4	Aplicação aos delitos praticados por pessoas jurídicas ...	185
8.5	Aplicação aos delitos relacionado a arma de fogo (Lei 10.826/2003)	189
9.	CONCLUSÃO	193
	BIBLIOGRAFIA	197
	RELAÇÃO DAS MONOGRAFIAS PUBLICADAS	205